

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;
Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária;
Larissa Ramos Paes Arcoverde - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 74ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA nº 8, de 25 de março de 2022, a qual estabelece os procedimentos para autorização de exportação de produtos e subprodutos madeireiros de espécies nativas oriundos de florestas naturais ou plantadas, visando a complementar, relativamente ao controle de exportação de cargas de madeira nativa no âmbito do Ibama, a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, a Instrução Normativa nº 17, de 1º de dezembro de 2021, e a Portaria nº 8, de 3 de janeiro de 2022.

Já na esfera estadual, é relevante mencionar a LEI nº 9.500, de 28 de março de 2022, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará. Como também, a LEI COMPLEMENTAR nº 145, de 29 de março de 2022, que altera a Lei complementar Estadual nº 133, de 06 de novembro de 2020, que trata sobre a destinação da compensação financeira pela Exploração de recursos Minerais (CFEM), no Estado do Pará. Destaca-se, também, o DECRETO nº 11.015, de 29 de março de 2022, que institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor.

O "Fique de Olho", desta edição, traz dois destaques de grande relevância. Campanha "Doe Livros, Doe Conhecimento". um projeto criado com o objetivo de valorizar aqueles que apoiam as ações do projeto e doam livros para o acervo do Portal do Conhecimento. Como também, o "Edital para adesão à Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis (PTS)", em que serão destinadas 3.950 vagas para adesão ao Programa, obedecendo à ordem de habilitação.

Em tempo, indicamos nesta edição o "Curso de Aperfeiçoamento a Distância: Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais", promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em parceria com Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ/UFPa) e o Ministério Público Federal (MPF).

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora em exercício.

NORMAS FEDERAIS



LEI nº 14.214, de 06 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

LEI nº 14.293, de 04 de janeiro de 2022. Institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências.

LEI nº 14.314, de 24 de março de 2022. Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.

LEI nº 14.316, DE 29 DE MARÇO DE 2022. Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

DECRETO nº 11.003, de 21 de março de 2021. Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO nº 10.999, de 17 de março de 2022. Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022.

DECRETO nº 11.012, de 28 de março de 2022. Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

DECRETO nº 11.014, de 29 de março de 2022. Aprova o Regulamento do Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas - Renagro, nos termos do disposto no § 4º-A do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

DECRETO nº 11.015, de 29 de março de 2022. Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor.

DECRETO nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

DECRETO nº 11.027, de 31 de março de 2022. Regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO BCB/DC nº 204, de 22 de março de 2022. Dispõe sobre o compartilhamento de dados de operações registradas no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

RESOLUÇÃO nº 03, de 23 de março de 2022. Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras.

RESOLUÇÃO ME/CMN nº 5.006, de 24 de março de 2022. Dispõe sobre a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

RESOLUÇÃO MDR/CNRH nº 231, de 22 de março de 2022. Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.009, de 22 de março de 2022. Estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre.

RESOLUÇÃO nº 1, de 24 de março de 2022. Regimento Interno da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão.

RESOLUÇÃO PR/GSI nº 17, de 29 de março de 2022. Cria o Grupo de Trabalho de acompanhamento da elaboração dos Projetos Básico e Executivo de construção do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (NB4), no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 872, de 30 de março de 2022. Regulamenta o exercício da atividade de produção de solventes.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR/GM nº 7, de 22 de março de 2022. Altera a Instrução Normativa n. 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e a Instrução Normativa n. 55, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do FGTS referente à área de Habitação, para o exercício de 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA nº 8, de 25 de março de 2022. Estabelece os procedimentos para autorização de exportação de produtos e subprodutos madeireiros de espécies nativas oriundos de florestas naturais ou plantadas, visando a complementar, relativamente ao controle de exportação de cargas de madeira nativa no âmbito do Ibama, a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, a Instrução Normativa nº 17, de 1º de dezembro de 2021, e a Portaria nº 8, de 3 de janeiro de 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 114, de 30 de março de 2022. Estabelece os procedimentos para cadastramento, apuração do descumprimento de regras de utilização, cobrança, renegociação e remissão dos créditos de instalação, concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 115, de 30 de março de 2022. Dispõe sobre o credenciamento de organizações da sociedade civil e estabelece regras e procedimentos para que as entidades executem projetos no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de junho de 2014.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/SIDSI nº 260, de 14 de março de 2022. Submeter à consulta pública, pelo prazo de 30 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, proposta de ato normativo cujo objetivo é estabelecer Norma Técnica Específica para produção e contabilização de carbono verde seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Carbono Verde na Agropecuária na captura e estocagem de carbono pelo processamento de produtos agropecuários.

PORTARIA MME/ANEEL nº 6.743, de 14 de março de 2022. Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD.

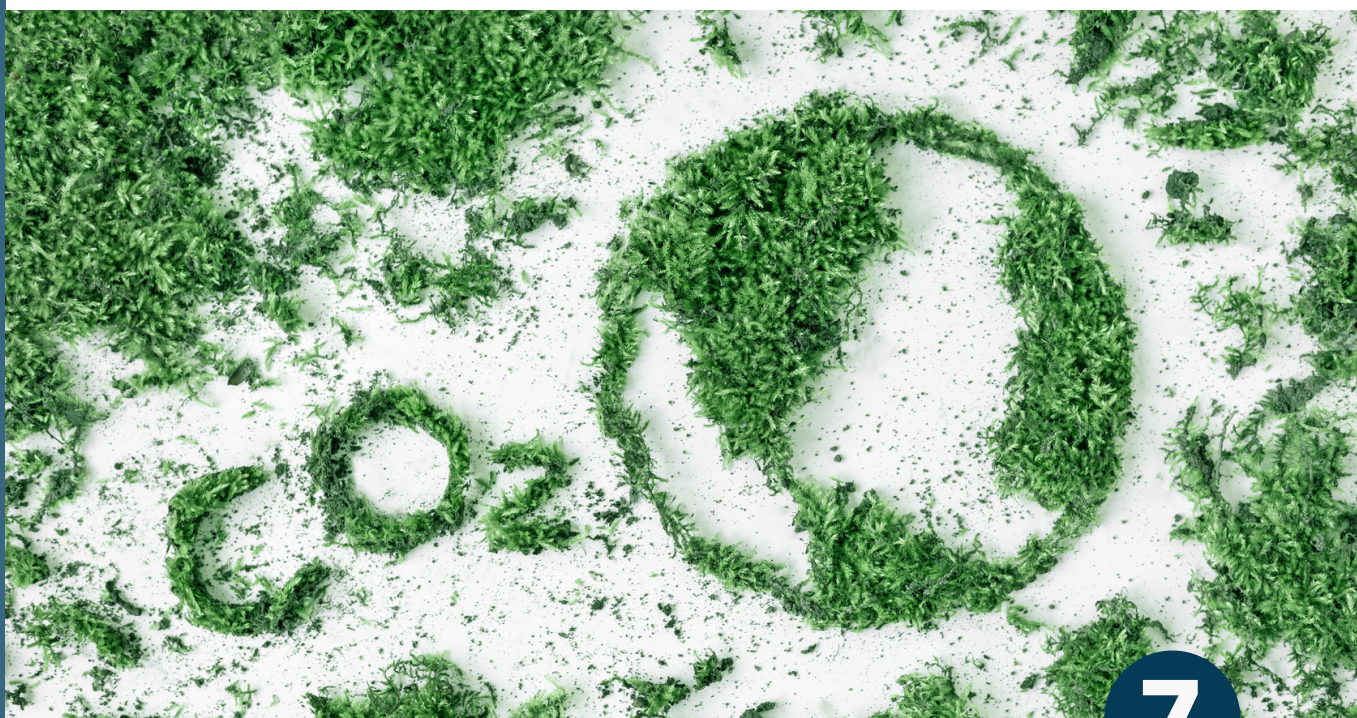
PORTARIA MAPA/SDA nº 545, de 15 de março de 2022. Desabilitar definitivamente o Serviço de Inspeção Municipal de Arroio do Meio/RS do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

PORTARIA CGU/STPC nº 542, de 16 de março de 2022. Institui, no âmbito das ações de educação cidadã da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral a União, o 12º Concurso de Desenho e Redação da CGU.

PORTARIA CGU/STPC nº 543, de 16 de março de 2022. Institui, no âmbito das ações de educação cidadã da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral a União, a 2ª edição do Game a Cidadania.

PORTARIA MMA/GM nº 78, de 17 de março de 2022. Declara estado de emergência ambiental nas seguintes épocas e regiões específicas.

PORTARIA MME/GM nº 627, de 17 de março de 2022. Altera a Portaria Normativa nº 19/GM/MME, de 16 de agosto de 2021.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/ICMBio nº 198, de 17 de março de 2022. Revoga a Portaria ICMBio nº 578, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria ICMBio nº 469, de 10 de maio de 2018

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 203, de 17 de março de 2022. Institui as Bases Avançadas de Correição (BAC) no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Processo SEI nº 02070.000895/2022-06).

PORTARIA MAPA nº 79, de 18 de março de 2022. Estabelece o fluxo de monitoramento, avaliação dos processos correcionais e delega competências na Corregedoria

PORTARIA MJSP/SE nº 90, de 18 de março de 2022. Institui os procedimentos de gestão de bens patrimoniais sob gestão da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, dispondo sobre a administração, controle, uso, guarda, conservação e responsabilidade.

PORTARIA MCTI/GM nº 5.700, de 18 de março de 2022. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e da Inovação para o Setor de Tecnologias da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

PORTARIA MJSP/PRF nº 14, de 21 de março de 2022. Instituir o Programa Colégio PRF no âmbito da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

PORTARIA MMA/GM nº 71, de 21 de março de 2022. Institui o Programa Nacional de Redução de Emissões de Metano - Metano Zero.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/DSA nº 548, de 21 de março de 2022. Prorroga o prazo de recebimento de propostas à minuta de Instrução Normativa que estabelece o Sistema Nacional de Certificação Fitossanitária de Origem - SINFITO, submetida à consulta pública por meio da Portaria SDA nº 467, de 3 de dezembro de 2021.

PORTARIA SAP/MAPA nº 634, de 21 de março de 2022. Estabelece regras adicionais para a pesca sustentável de arrasto motorizado de camarão na faixa marítima da zona costeira adjacente ao Estado do Rio Grande do Sul, das 3 (três) milhas náuticas até as 12 (doze) milhas náuticas.

PORTARIA AGU nº 63, de 22 de março de 2022. Prorroga a Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União em Defesa da Amazônia.

PORTARIA MME/ANP nº 111, de 22 de março de 2022. Institui o modelo de gestão da estratégia no âmbito da ANP.

PORTARIA MC/GM nº 755, de 22 de março de 2022. Dispõe sobre a Estrutura de Mecanização Agrícola no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

PORTARIA NORMATIVA MME/GM nº 38, de 23 de março de 2022. Alterações na Portaria Normativa nº 15/GM/MME, de 2 de julho de 2021.

PORTARIA MAPA/GM nº 414, de 23 de março de 2022. Altera a Portaria nº 319, de 23 de setembro de 2020, para incluir o Anexo XII contendo listagem adicional de atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento considerados vigentes na fase de triagem.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/GM nº 415, de 23 de março de 2022. Divulga os atos normativos inferiores a decreto de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento revisados e consolidados nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

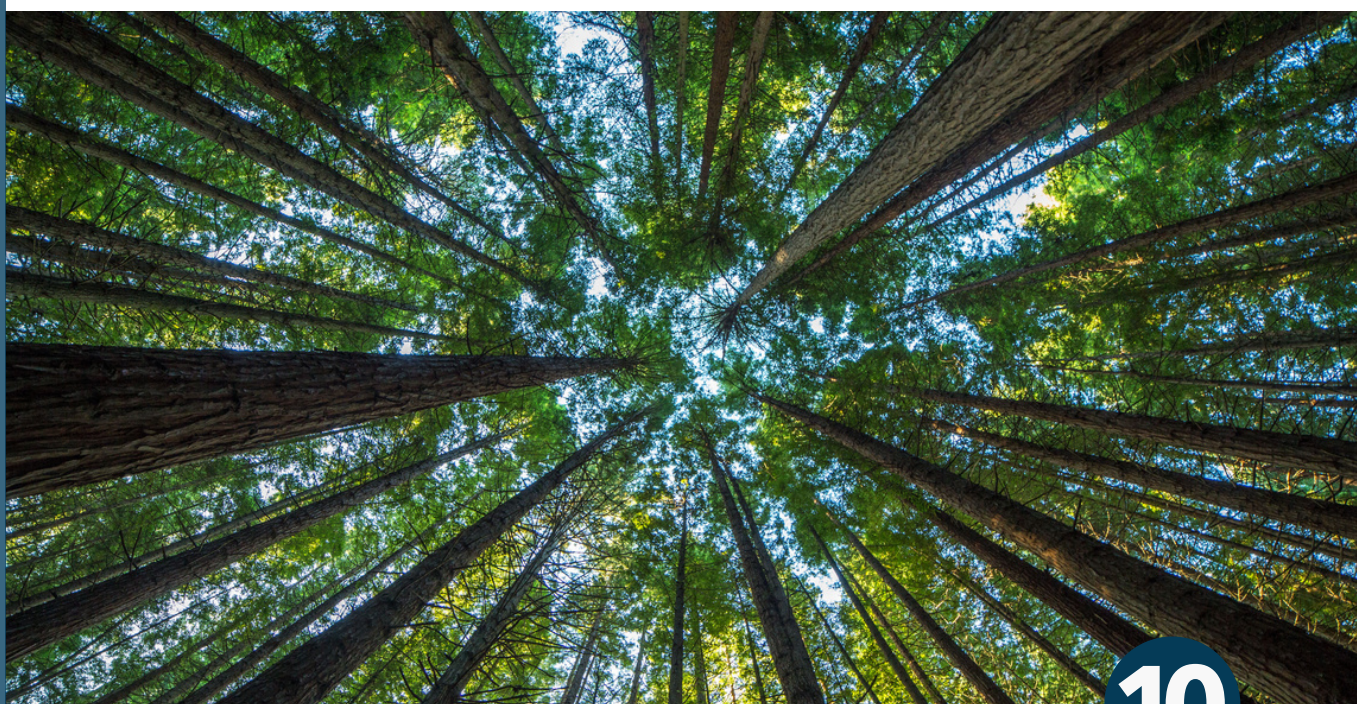
PORTARIA MME/ANP nº 113, de 24 de março de 2022. Altera os ANEXOS I e III da Portaria ANP nº 44, de 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 01 de outubro de 2021, que implementou o Programa de Gestão de Demandas na Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente - SSM

PORTARIA MAPA/SAP nº 643, de 24 de março de 2022. Estabelece medidas de ordenamento para as modalidades de pesca que tenham como alvo as espécies albacora laje (*Thunnus albacares*), albacora bandolim (*Thunnus obesus*) e bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*).

PORTARIA MAPA/GM nº 415, de 23 de março de 2022. Divulga os atos normativos inferiores a decreto de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento revisados e consolidados nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

PORTARIA MMA/ICMBio nº 215, de 24 de março de 2022. Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Santuário Ecológico Mãe Terra.

PORTARIA MMA/ICMBio nº 216, de 24 de março de 2022. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Meandros do Araguaia, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Processo SEI nº 02129.000825/2021-46).



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/GM nº 80, de 28 de março de 2022. Altera o anexo da Portaria MMA nº 457, de 19 de outubro de 2021, que divulga a listagem dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

PORTARIA MMA/GM nº 89, de 28 de março de 2022. Dispõe sobre as Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite no Distrito Federal.

PORTARIA MAPA/SAP nº 644, de 25 de março de 2022. Tornar pública a relação das inscrições indeferidas e a relação preliminar das embarcações de pesca habilitadas e não habilitadas no Edital de Seleção nº 2, de 14 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA MAPA/GM nº 409, de 14 de março de 2022 (*). Declara a revogação de atos normativos que disciplinam atividades de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA MS/ANVS nº 200, de 24 de março de 2022. Dispõe sobre a instituição do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA.

PORTARIA MMA/GM Nº 80, de 28 de março de 2022 (*). Altera o anexo da Portaria MMA nº 457, de 19 de outubro de 2021, que divulga a listagem dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

PORTARIA MCTI/GM nº 5.729, de 28 de março de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e de sua Política de Gestão baseada em redes, o Comitê de Especialistas Rede Oceano sem Plástico - MCTI.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MRE nº 1, de 29 de março de 2022. Institui a Comissão de Seleção que coordenará o processo de seleção de candidatos a Adido Agrícola junto às Representações Diplomáticas Brasileiras no Exterior.

PORTARIA MMA/ICMBio nº 242, de 29 de março de 2022. Autorizar a concessão de desconto sobre o valor do ingresso de acesso ao Parque Nacional da Tijuca por um período determinado.

PORTARIA MAPA/GM nº 418, de 30 de março de 2022. Altera os Anexos I, I* e III da Instrução Normativa nº 49, de 22 de dezembro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade dos óleos vegetais refinados; a amostragem; os procedimentos complementares; e o roteiro de classificação de óleos vegetais refinados.

PORTARIA MAPA/GM nº 420, de 30 de março de 2022. Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações e Inteligência Agropecuária - SINAGRO.

PORTARIA MAPA/GM nº 421, de 30 de março de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a Secretaria da Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ordenamento da espécie *Calophrys macropterus* - GT MAPA Piracatinga.

PORTARIA MAPA/SAP nº 655, de 30 de março de 2022. Tornar pública a relação das instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira homologadas e não homologadas de que trata o Edital de Chamamento Público nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/SDA nº 550, de 30 de março de 2022. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a Minuta de Portaria que Aprova o Programa Nacional de Moluscos Bivalves Seguros - MoluBiS, estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências.

PORTARIA MAPA/SDA nº 552, de 30 de março de 2022. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de frutos secos de Tâmara (*Phoenix dactylifera*) produzidos nos Emirados Árabes Unidos

PORTARIA MCTI/GM nº 5.739, de 30 de março de 2022. Dispõe sobre as condições e o cadastramento de instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal para participar da Estrutura de Integração de Ciência, Tecnologia e Inovação denominada Torre MCTI



Cadastro **TORRE MCTI**

NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.498, de 21 de março de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o instituto Nova amazônia (INÃ).

LEI nº 9.500, de 28 de março de 2022. Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará.

Lei nº 9.515, de 29 de março de 2022. Estabelece o programa denominado “Mulher Empreendedora cidadã (MEC)”, compreendido por medidas de incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino de micro e pequeno portes no Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR nº 145, de 29 de março de 2022. Altera a lei complementar Estadual nº 133, de 06 de novembro de 2020, que trata sobre a destinação da compensação financeira pela Exploração de recursos Minerais (CFEM), no Estado do Pará.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.239, de 21 de março de 2022. Homologa o decreto no 006/2022, de 21 de janeiro de 2022, editado pela Prefeita Municipal de Placas, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO nº 2.243, de 22 de março de 2022. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto no 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO nº 2.246, de 23 de março de 2022. Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas com vistas a garantir o abastecimento de pescado no mercado interno, no período de 01 a 15 de abril de 2022

PORTARIA SEPLAD nº 55, de 16 de março de 2022. Instituir a Comissão de Atualização Cadastral e fixar diretrizes para a realização da atualização cadastral dos agentes públicos ativos vinculados aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.

PORTARIA SEPLAD nº 57, de 16 de março de 2022. Fica estabelecido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de auxílio-alimentação a todos os servidores públicos estaduais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional que atualmente recebem o benefício abaixo desse valor

EDITAL SEMAS nº 01, de 17 de março de 2022. Chamada Pública para adesão à Política de atuação para Territórios Sustentáveis.



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS nº 562, de 30 de março de 2022. Cria a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Comissão Gestora A3P-SEMAS/PA).



Comissão Gestora
A3P - SEMAS/PA

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO nº 103.700, de 15 de março de 2022. Disciplina a Coordenadoria Antirracista de Belém, estabelecendo suas competências, composição e funcionamento.

DECRETO nº 103.788, de 25 de março de 2022. Reajusta o valor da tarifa do transporte coletivo por ônibus, hidroviário e seletivo por micro-ônibus do Município de Belém, e dá outras providências.

LEI nº 9.740, de 30 de março de 2022. Altera o caput do artigo 31 da Lei n.º 8.155, de 20 de julho de 2002, que “Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares”, e dá outras providências.

*Publicado do Diário Oficial do Município, edição nº 14.451, em 31/03/2022, página 02.



FIQUE DE OLHO



Campanha "Doe Livros, Doe Conhecimento".

Uma iniciativa do projeto Portal do Conhecimento, da Imprensa Oficial do Estado, a qual foi criada com o objetivo de valorizar aqueles que apoiam as ações do projeto e doam livros para o acervo do Portal do Conhecimento. Por meio dela, cerca de 2.895 livros puderam ser destinados a bibliotecas comunitárias.

Para obter mais informações, [**clique aqui.**](#)



Editais para adesão à Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis (PTS).

A iniciativa faz parte do Plano Estadual Amazônia Agora e vai contemplar regiões de influência da Rodovia BR-158, Tocantins, Baixo Araguaia e Carajás. Serão destinadas 3.950 vagas para adesão ao Programa, obedecendo à ordem de habilitação.

Para mais informações, [**clique aqui.**](#)

A Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis foi instituída pelo Decreto Estadual nº 344, de 10 de outubro de 2019, para contribuir, em âmbito estadual, com os compromissos globais de desenvolvimento sustentável – Contribuição Nacionalmente Determinadas (NDC, sigla em inglês) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



MPPA realiza, em parceria com a ICJ/UFPA E MPF o Curso de Aperfeiçoamento a Distância: Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais



O Ministério Público do Estado do Pará (**MPPA**) em parceria com Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (**ICJ/UFPA**) e o Ministério Público Federal (**MPF**) tornou público o curso de aperfeiçoamento intitulado:

“Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais”, cujo objetivo é ampliar o entendimento da dinâmica socio-econômico-ambiental na região e afins.

Modalidade: à distância (EAD), organizado em duas etapas, sendo elas teórica e prática, totalizando 240 horas.

Período de inscrições: de 29/03 a 29/04.

Início: 2º semestre de 2022.

Inscrições para membros e servidores, [clique aqui](#).

Inscrições para as vagas de demanda social, [clique aqui](#).

Para mais informações, acesse ao site do ICJ/UFPA : [clique aqui](#)

Para mais informações, acesse ao site do MPPA: [clique aqui](#).

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br